



COBRASMA S/A

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em R\$ mil)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

a) Atividade Operacional

Até maio de 1998, a Companhia teve por objeto a produção de equipamentos para transporte ferroviário e rodoviário, para indústria siderúrgica, petroquímica e nuclear e para a produção de componentes para veículos automotores, bem como o comércio, a importação e a exportação de todos os materiais e produtos que se compreendam no objeto destes. As suas atividades operacionais, a partir desta data, foram paralisadas. Em virtude disso, construções, máquinas, equipamentos e instalações foram alugados para terceiros.

Por força de decisão judicial de abril de 2002, da Vara do Trabalho da Comarca de Sumaré – São Paulo, conforme processo número 02578-1999-122-15-00-6, o imóvel de Hortolândia foi adjudicado pelos ex-empregados da Companhia, representados pela sua associação de classe, pelo montante de R\$ 35.562 mil, conforme carta de adjudicação número 002/2002 da referida Vara.

Em 16 de maio de 2008, na Vara de Trabalho da Comarca de Hortolândia – São Paulo, foi homologado acordo conciliatório entre a Companhia e seus ex-empregados, representados por sua associação de classe, para quitação e extinção do processo trabalhista de número 00189-2005-152-15-00-9, sendo a este atribuído o valor total de R\$ 24.520 mil. Como forma de pagamento ficou estabelecido a liquidação do valor total de R\$ 15.120 mil, em parcelas mensais a partir de maio de 2008, com vencimento final em 2012, e o valor de R\$ 9.400 mil como cessão aos ex-empregados de parte dos imóveis da Companhia de suas instalações na cidade de Osasco – São Paulo.

Em 18 de outubro de 2009, na 152ª. Vara do Trabalho da Comarca de Hortolândia – São Paulo, foi homologado acordo entre a Companhia e seus ex-funcionários, representados por sua Associação de Classe, para quitação e extinção do processo trabalhista número 00247-2005-152-15-00-4, sendo a este atribuído o valor de R\$ 20.000 mil. Como forma de pagamento foram oferecidas: a) uma fração ideal do imóvel – matrícula 184 do 1º. Cartório de Registro de Imóveis de Osasco – São Paulo, no valor de R\$ 4.800 mil; b) área remanescente do Clube Cobrasma, matrícula 60.775 do 1º. Cartório de Registro de Imóveis de Osasco – São Paulo, no valor de R\$ 10.000 mil; e c) máquinas e equipamentos no valor de R\$ 5.200 mil.



Quanto a área remanescente do Clube Cobrasma, a Companhia auxiliará os ex-trabalhadores, no que for possível, arcando com os encargos necessários para a alteração a ser realizada no zoneamento do respectivo imóvel, junto a municipalidade de Osasco, a fim de possibilitar a construção de residências ou comércio, sem quaisquer restrições neste sentido. Caso se torne impossível a alteração do zoneamento, o imóvel retornará à posse direta da Companhia, cancelando-se a transferência convencionada, comprometendo-se as partes em retornar as negociações, reconhecendo o saldo devedor de R\$ 10.000 mil.

Em 14 de dezembro de 2010 a Juíza da Vara do Trabalho de Hortolândia emitiu a referida carta de adjudicação referente ao acordo mencionado.

b) Cancelamento de Negociação de Ações junto a BM&FBOVESPA (B3)

Conforme Ofício 016/2017-DP, de 27 de janeiro de 2017, da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BOVESPA, a Companhia foi comunicada de seu cancelamento da listagem junto a esse órgão. Em decorrência, suas ações deixaram de ser negociadas na BM&FBOVESPA (B3), a partir de 03 de março de 2017, sem qualquer alteração na sua situação de registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade, base de elaboração e de preparação

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com a legislação societária e com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e os Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas e procedimentos do International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), que não diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.



Foi aplicado o conceito de consolidação integral, o qual trata os investimentos em controladas para reconhecer a totalidade de seus ativos, passivos, receitas e despesas na controladora, tornando-se, assim, necessário o reconhecimento da participação dos acionistas não controladores. Esse processo de consolidação é, ainda, complementado pela eliminação:

- i) Das participações da Companhia no capital, reservas e resultados acumulados das empresas controladas;
- ii) Dos saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e
- iii) Dos saldos de receitas e despesas decorrentes de transações significativas realizadas entre as empresas consolidadas.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

A conciliação entre o resultado líquido da controladora e o consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo líquido da controladora	(2.726.894)	(2.774.185)
Participação de acionistas não controladores	67.959	72.794
Prejuízo líquido consolidado	(2.658.934)	(2.701.391)

As demonstrações foram autorizadas pela diretoria em 20 março de 2024.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional é o Real. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Milhares de Reais e as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.



d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas contábeis foram baseadas em relatórios e no julgamento da administração da Companhia para determinação do valor adequado registrado nas demonstrações financeiras. Os itens relevantes sujeitos a essas estimativas acham-se provisionados e são revisados anualmente pela administração.

e) Classificação especial – não circulante

Em virtude de a Companhia não estar em condições de gerar recursos suficientes para a liquidação de suas dívidas com credores, eles estão discutindo judicialmente os valores que têm a receber, bem como os direitos que possuem sobre os ativos já entregues em garantia e aqueles que ainda possam ser utilizados para o pagamento de dívidas existentes.

Assim sendo, tomando por base o prognóstico dos advogados da Companhia, que afirmam que os processos referentes a esses direitos e a essas obrigações não têm prazo determinado para conclusão, a administração resolveu classificar os valores envolvidos a longo prazo, em suas demonstrações financeiras, por entender que a sua liquidação não deverá ocorrer dentro dos próximos doze meses.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são as descritas e detalhadas a seguir e têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial.

a) Apuração do resultado

As receitas, despesas e atualizações de passivos são reconhecidas pelo regime de competência.



b) Contas a receber de clientes

Estão registrados e mantidos no balanço pelo seu valor nominal. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas com as contas a receber de clientes.

c) Outros créditos e obrigações

Os créditos e as obrigações sujeitos à atualização monetária ou variação cambial estão atualizados de acordo com os respectivos índices e taxas vigentes na data do balanço.

Com relação aos contratos de mútuo, eles estão atualizados com base em 0,4% de juros ao mês; os empréstimos e financiamentos, dependendo da modalidade, em IGPM/TR mais 1% de juros ao mês e as obrigações com impostos e contribuições de acordo com as taxas de juros, atualização e multas previstas na legislação em vigor.

d) Investimentos

Está avaliado de acordo com o método da equivalência patrimonial. Vem sendo constituída provisão para perdas a fim de registrar a participação da Companhia no patrimônio líquido negativo de sua controlada.

e) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de suas respectivas depreciações acumuladas. As construções estão sendo depreciadas com base na taxa anual de 4% e os demais bens estão totalmente depreciados. Terrenos e construções referem-se a parte remanescente dos imóveis industriais.

f) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre os ajustes de avaliação patrimonial, são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Sua realização é reconhecida no resultado.



g) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes e as contingências passivas são efetuadas de acordo com os seguintes critérios:

- **Ativos contingentes** – São reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.
- **Passivos contingentes** – São reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes com perspectivas de perdas consideradas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os com perspectivas de perdas classificadas como remotas não requerem provisão ou divulgação.

h) Patrimônio líquido

Capital social

O capital social é de R\$ 165.260 mil, dividido em 102.584.864 ações nominativas, sem valor nominal, das quais 62.280.750 são preferenciais, sem direito a voto e 40.304.114 ordinárias, com direito a voto.

Direito das ações: Em conformidade com o estatuto social, as ações preferenciais não têm direito a voto, sendo-lhes assegurados, em caso de liquidação da sociedade, prioridade no reembolso do capital que representam, sem prêmio de qualquer espécie.

O dividendo obrigatório de que trata o artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, será 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício. Os lucros a realizar que, por proposta da diretoria, a assembleia deliberar transferir para a respectiva reserva, não serão adicionados ao lucro líquido de exercícios subsequentes.

NOTA 4 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os princípios de consolidação previstos na Legislação Societária Brasileira, Normas da CVM e IFRS (IASB), abrangendo as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada **Fornasa S.A.**



Através da NBC-ITG 09, é permitida a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações financeiras separadas. Portanto, as demonstrações financeiras individuais também estão em conformidade com as normas internacionais.

NOTA 5 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - passivo

Evento	Empresa	Saldos em:	
		31/12/2023	31/12/2022
Operação de mútuo - saldo credor	Fornasa	898.438	856.425
Despesas financeiras	Fornasa	(42.808)	(40.707)

Sobre as operações de mútuo são cobrados encargos financeiros da ordem de 0,4% ao mês.

NOTA 6 – INVESTIMENTO EM EMPRESA CONTROLADA

O investimento efetuado na controlada **Fornasa S.A.**, está assim demonstrado:

	31/12/2023	31/12/2022
Capital Social	7.231	7.231
Quantidade de ações possuídas pela Cobrasma:		
- Ações ordinárias	35.000	35.000
- Ações preferenciais	47.392	47.392
Ações representativas do capital social	100.000	100.000
Participação no capital social	82,39%	82,39%
Valor do passivo a descoberto	(3.240.778)	(2.854.868)
Prejuízo do período/exercício	(385.910)	(413.366)
Valor contábil do investimento	-	-
Obrigação por operação de mútuo	898.438	856.425
	31/12/2023	31/12/2022
Passivo a Descoberto de Controlada		
Saldo inicial	(2.352.146)	(2.011.573)
Resultado da equivalência patrimonial	(317.951)	(340.572)
Saldo final	(2.670.097)	(2.352.146)

Até 30 de novembro de 1995, a empresa controlada teve por objeto principal a fabricação de tubos plásticos e metálicos, pintados ou galvanizados, de estruturas de aço tubulares ou de perfis, incluindo importação e exportação.

Em 1º de dezembro de 1995 a unidade fabril foi arrendada pelo prazo de dez anos, ensejando com que a controlada recebesse mensalmente entre 1% e 1,8% do valor do faturamento do arrendatário. Nessa ocasião foram paralisadas todas as demais atividades operacionais da empresa.



Em decorrência de acordo judicial com um de seus credores a receita de arrendamento foi recebida pela Companhia somente até o mês de março de 2000, tendo então sido transferida para o referido credor em liquidação de dívidas existentes.

Em 24 de maio de 2000, foi apresentada petição pelo exequente Banco do Brasil, atualizando o valor de débitos da Companhia para R\$ 233.895 mil.

Em 01 de junho de 2000, foi efetuado leilão do complexo fabril da Fornasa S.A., na Comarca de Volta Redonda, tendo sido arrematado o local e todos os bens lá pertencentes pelo valor de R\$ 12.546 mil, prosseguindo a execução pelo valor de R\$ 221.349 mil para junho de 2000. Em 26 de novembro de 2015, o processo foi arquivado provisoriamente por não terem sido encontrados bens passíveis de penhora.

Em virtude de estar com suas atividades operacionais paralisadas e em função de não estar gerando recursos suficientes para a liquidação de suas dívidas, os credores da controlada estão discutindo judicialmente os valores que têm a receber.

NOTA 7 – IMOBILIZADO

	31/12/2023		31/12/2022	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo avaliado				
Terrenos	105.624	107.810	105.624	107.810
Obras	70.668	72.946	70.668	72.946
Linhas Telefônicas	0	74	0	74
Equipamentos Proc. de dados	1.128	22.138	1.128	22.138
Ferramentas	0	98	0	98
Instalações	30.330	33.061	30.330	33.061
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	74.301	74.301	74.301	74.301
Móveis e Utensílios	2.832	3.120	2.832	3.120
Veículos	6.420	6.703	6.420	6.703
Acessos e desvio ferroviários	1.831	1.831	1.831	1.831
Modelos de Osasco	250	250	250	250
Biblioteca de Osasco	6	6	6	6
	293.390	322.338	293.390	322.338
Depreciação acumulada				
Obras	(39.574)	(41.852)	(36.747)	(39.025)
Linhas Telefônicas	0	(61)	0	(61)
Equipamentos Proc. de dados	(1.128)	(22.138)	(1.128)	(22.138)
Ferramentas	0	(98)	0	(98)
Instalações	(30.330)	(33.061)	(30.330)	(33.061)
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	(74.301)	(74.589)	(74.301)	(74.589)
Móveis e Utensílios	(2.832)	(2.832)	(2.832)	(2.832)
Veículos	(6.420)	(6.703)	(6.420)	(6.703)
Acesso e desvio ferroviários	(1.831)	(1.831)	(1.831)	(1.831)
Modelos de Osasco	(250)	(250)	(250)	(250)
Terrenos	0	(2.186)	0	(2.186)
	(156.666)	(185.601)	(153.839)	(182.774)
Valor líquido residual	136.724	136.737	139.551	139.564

A administração da controladora realizou no exercício de 2008 em observância ao Pronunciamento Técnico do CPC 13, a baixa do saldo da reserva de reavaliação constituída anteriormente e no exercício de 2010 a avaliação dos Terrenos e Construções em observação a adoção do pronunciamento técnico CPC 27 e interpretação técnica ICPC 10. Com base no entendimento e decisão da administração, não foi realizado para os exercícios subsequentes a revisão das vidas úteis e do valor residual, em função do fluxo financeiro da Companhia não permitir este desembolso, por estar com as atividades paralisadas e prejuízos constantes.

Os valores líquidos dos bens do ativo imobilizado dados pela Companhia em garantias de processos judiciais, nas datas de 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, nos balanços da controladora e consolidado, estão demonstrados na Nota Explicativa 15.

NOTA 8 – EMPRÉSTIMOS e FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO

Os financiamentos e empréstimos consolidado registrados no passivo não circulante, no montante de R\$ 16.444.798 mil no individual e R\$ 20.179.746 mil no consolidado (R\$ 14.411.356 e 17.745.411 mil em 2022), estão vencidos. Sobre esses empréstimos a Companhia vem calculando juros de 1% a 1,5% ao mês, mais atualização monetária com base na Taxa Referencial - TR/Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M.

NOTA 9 – ENCARGOS SOCIAIS E FISCAIS A LONGO PRAZO

A rubrica encargos sociais e fiscais registrada no passivo não circulante tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Contribuições a recolher (PIS, COFINS, IR, IPI, FGTS e INSS)	409.287	472.032	399.476	461.455
Impostos a pagar (ICMS, IPTU, IPI, ISS e TAXA DE LICENÇA)	275.692	288.596	268.340	281.079
Parcelamento de débitos sociais e fiscais	173.097	208.252	170.562	205.110
Outros Encargos	43.263	43.263	43.247	43.247
Total	901.339	1.012.143	881.625	990.891

Os encargos sociais e fiscais acima também estão vencidos, sendo calculados juros, multas e atualização monetária de acordo com a legislação aplicável.



NOTA 10 – PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A rubrica provisões registrada no passivo não circulante tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Demandas judiciais Trabalhistas	38.631	98.160	33.528	85.737
Demandas judiciais Bancárias	36.882	187.820	36.882	170.832
Total	75.513	285.980	70.410	256.569

As provisões para demandas judiciais foram constituídas para garantir eventuais insucessos frente a processos trabalhistas em andamento e em relação a discussão mantida com instituição financeira sobre encargos devidos, por conta de empréstimos contraídos pela controladora e controlada. São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente formalizada ou não como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor passa a ser feita.

NOTA 11 – PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Reflete o saldo da provisão para imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre os ajustes de avaliação patrimonial do ativo imobilizado, reconhecida no patrimônio líquido da Companhia. Tal provisão vem sendo revertida para o resultado do exercício na medida da realização, por depreciação, da reserva constituída originalmente.

Esta conta apresentou a seguinte movimentação no decorrer do período:

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Provisão sobre ajustes de avaliação Patrimonial	47.158	47.158	48.045	48.045
Realização por depreciação de bens	(887)	(887)	(887)	(887)
Total	46.271	46.271	47.158	47.158



NOTA 12 – CAPITAL SOCIAL

O capital social é representado por 102.584.864 ações sendo 40.304.114 ordinárias e 62.280.750 preferenciais, todas sem valor nominal. Às ações preferenciais é assegurada, em caso de liquidação da Companhia, prioridade no reembolso do capital.

NOTA 13 – DESPESAS FINANCEIRAS

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Juros s/empréstimos	2.135.721	2.539.012	1.889.201	2.321.025
Outros encargos	257.653	258.703	192.079	193.224
Variação monetária	(102.048)	(102.049)	293.364	293.364
Despesas financeiras	2.291.326	2.695.666	2.374.644	2.807.613
Receitas financeiras	-	-	-	-
Despesas financeiras líquidas	2.291.326	2.695.666	2.374.644	2.807.613
Desp. financeiras partes relacionadas	42.808	-	40.707	-
Total	2.334.134	2.695.666	2.415.351	2.807.613

NOTA 14 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em razão dos processos judiciais com credores, a administração da Companhia não teve condições de identificar a ocorrência de diferenças relevantes entre os valores de mercado e os valores apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 e de 31 de dezembro de 2022, originadas por operações envolvendo instrumentos financeiros naquelas datas, que requeressem divulgação específica em atendimento aos critérios estabelecidos pela Instrução CVM nº. 235/95.

NOTA 15 – GARANTIAS PRESTADAS

Descrição	Saldos em 31/12/2023		
	Controladora	Controlada	Consolidado
Imobilizado em garantia de empréstimo e financiamentos:			
- Alienação Fiduciária	24.852	14.443	39.295
- Bens hipotecados	52.763	-	52.763
- Bens penhorados	49.395	9.234	58.629
Avais concedidos pela Controlada e pela Controladora	111.074	545.782	656.856
Total	238.084	569.459	807.543



NOTA 16 – RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES

Não houve nenhum serviço prestado pelos auditores independentes se não o de auditoria das demonstrações contábeis

NOTA 17 – REMUNERAÇÃO AOS ADMINISTRADORES

No exercício de 2023 e 2022 não houve qualquer remuneração aos administradores.

NOTA 18 – AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 20 de março de 2024, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeitos sobre essas demonstrações financeiras. Não ocorreram eventos subsequentes que pudessem alterar essas demonstrações.
